



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

**ATOS OFICIAIS
PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal

- LEI Nº 5.277, DE 19 DE JUNHO DE 2018 -

"Dispõe sobre a regulamentação no âmbito municipal da aplicação do artigo 55, inciso VI e artigo 56, inciso II da Lei Federal 8.666/93, obrigando a utilização do seguro garantia de execução de contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, denominando essa modalidade e aplicação da Lei como Seguro Anti Corrupção – SAC, e dá outras providências"

LEONARDO FRANCISCO SAMPAIO DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, com fulcro nos §§§ 1º, 6º e 7º do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Pirassununga promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO SEGURO GARANTIA**

Art. 1º É obrigatória a contratação de seguro garantia de execução de contrato pelo tomador em favor da Prefeitura de Pirassununga em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços cujo valor seja igual ou superior ao limite mínimo previsto no artigo 22, inciso II (Tomada de Preços) da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações).

§ 1º O contrato seguro garantia é direito privado, sem prejuízo de se sujeitar a determinados pressupostos do regime jurídico de direito público, e terá suas diretrizes estabelecidas pela Susep.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente a esta Lei o Código Civil e o Decreto-Lei nº 73/1966.

§ 3º Subordinam-se ao regime desta Lei todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta, inclusive os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, bem como órgãos do Poder Legislativo Municipal quando pretenderem realizar as contratações ligadas à sua estrutura.

Art. 2º Para os fins desta Lei, definem-se:

I – Seguro Garantia: contato de seguro firmado entre a sociedade seguradora e o tomador, em benefício de órgão ou entidade da Administração Pública, visando garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado no contrato principal;

II – Tomador: pessoa física ou jurídica de direito privado devedora das obrigações assumidas perante o segurado no contrato principal;

III – Segurado: órgão ou entidade da Administração Pública ou poder concedente com o qual o tomador celebrou o contrato principal;

IV – Apólice: documento assinado pela seguradora que representa o contrato de seguro garantia celebrado com o tomador;

V – Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre segurado e tomador em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

VI – Endosso: documento assinado pela seguradora na qual ela aceita formalmente as alterações propostas pelo tomador e pelo segurado ao contrato principal;

VII – Prêmio: importância devida à seguradora pelo tomador, em cumprimento do contrato de seguro garantia;

VIII – Sinistro: inadimplemento de obrigação do tomador coberta pelo seguro garantia;

IX – Indenização: pagamento devido ao segurado pela seguradora, resultante do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro garantia; e

X – Valor da Garantia: valor máximo nominal garantido pela apólice de seguro garantia, o qual corresponde ao valor total da obra ou do fornecimento de bem ou serviço, conforme estabelecido no contrato principal, devidamente corrigido pelo índice de atualização do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

Art. 3º No contrato de seguro garantia, a seguradora poderá exigir do tomador contra garantias reais, sujeitas ao seu exclusivo crivo de avaliação e aceitação, equivalentes à importância segurada pela respectiva apólice.

Art. 4º A contra garantia poderá estar prevista na própria apólice de seguro garantia ou ser objeto de contrato específico, cujo objeto seja indenização ou reembolso de valores eventualmente pagos pela seguradora por sinistro em apólice de seguro garantia contratada pelo tomador.

Parágrafo único. A contra garantia constitui contrato de indenização em favor da seguradora, com cláusula de solidariedade que rege as relações entre, de um lado, a sociedade seguradora e, de outro, o tomador e as sociedades integrantes de seu grupo econômico.

Art. 5º É vedada a utilização de mais de um seguro garantia de mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares que prevejam exatamente os mesmos direitos e obrigações para as partes.

Art. 6º Estão sujeitos à disposições desta Lei os regulamentos próprios, devidamente publicados pelas sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 7º É vedada a prestação de seguro garantia caso exista vínculo societário direto ou indireto entre tomador e a seguradora.

Art. 8º Caso existam duas ou mais formas de garantia distintas que cubram o mesmo objeto do seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá com os demais garantidores pelo prejuízo comum, de forma proporcional ao risco assumido.

Art. 9º A subcontratação de partes da obra ou do fornecimento de bens ou serviços, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666, de 1993, não altera as obrigações contraídas pelas partes na apólice de seguro garantia.

Parágrafo único. Ao tomador é vedado arguir exceção de inadimplementos por subcontratadas, ainda que disposição neste sentido conste no próprio contrato a ser executado.



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

Art. 10. Observadas as regras constantes das Leis nº 8.666, de 1993 e nº 12.462, de 2011 acerca dos anteprojetos e projetos, a apresentação de projeto executivo completo passa a ser requisito obrigatório à emissão de apólice de seguro garantia de execução de obras submetidos à presente Lei.

Art. 11. A apólice de seguro garantia, fará parte dos requisitos essenciais para habilitação, e será apresentada pelo tomador:

I – Nos contratos submetidos à Lei nº 8.666, de 1993:

a) Na habilitação, quando a exigência de garantia constituir previsão editalícia;

b) No momento de celebração do contrato principal, como condição a sua celebração, em todos os demais casos.

II – Nos contratos regidos por outras leis, no momento da habilitação, mesmo que da se dê posteriormente ao procedimento concorrencial.

Art. 12. Após apresentação do projeto executivo, a seguradora disporá de 30 (trinta) dias corridos para analisá-lo, diretamente ou por intermédio de terceiro contratado, podendo apresentar sugestões de alteração ao responsável pelo projeto ou contestá-lo, devendo, neste caso, apresentar, às suas expensas, parecer ou laudo técnico apto a justificar os defeitos do projeto executivo apresentado.

Parágrafo único. Sendo o projeto executivo elaborado pelo tomador, a Administração Pública disporá de 30 (trinta) dias corridos para sugerir alterações ou contestar tecnicamente o projeto, a contar de sua apresentação pelo tomador.

Art. 13. O responsável pelo projeto executivo disporá de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação prevista no artigo anterior, para apresentar à seguradora e/ou à Administração Pública o projeto executivo readequado ou os fundamentos para a manutenção do mesmo em seus termos originais.

Art. 14. A seguradora poderá negar-se a emitir a apólice de seguro garantia, desde que justifique tecnicamente a incipiência ou a inadequação de anteprojeto, apresentado por segurado ou tomador, a depender do regime de execução legal a que o contrato estiver submetido.

Art. 15. A apresentação do projeto executivo – não contestado pela autoridade pública competente ou pela seguradora no prazo previsto nesta Lei, em conjunto com a correspondente apólice de seguro garantia, autoriza o início da execução do contrato principal.

Art. 16. Admite-se o fracionamento do projeto executivo em frentes de execução, sem prejuízo à emissão da apólice de seguro garantia desde que cada frente executiva apresentada seja previamente aprovada pela seguradora antes do início da execução do contrato principal.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO PRINCIPAL



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

Art. 17. Dependerá de anuência da seguradora sua vinculação as alterações do contrato principal propostas pelo tomador e pelo segurado, após a emissão da apólice de seguro garantia correspondente, que modifiquem substancialmente as condições consideradas essenciais pelas partes no momento da celebração do contrato de seguro garantia.

§1º A seguradora terá 30 (trinta) dias para manifestar sua anuência ou discordância, a contar da notificação das alterações propostas pelo tomador e pelo segurado. A ausência de manifestação da seguradora no prazo legal implicará em sua anuência as alterações propostas.

§2º A negativa de anuência pela seguradora será acompanhada da apresentação de parecer técnico, elaborado por seu corpo técnico ou por terceiro por ela contratado, que justifique tecnicamente a decisão da seguradora de rescindir o contrato seguro garantia.

§3º A negativa de anuência, motivada tecnicamente pela seguradora, implica na rescisão do contrato seguro garantia e suspende imediatamente a execução do contrato principal.

§4º Será facultado ao tomador apresentar ao segurado nova seguradora que assumam todas as responsabilidades relacionadas ao objeto do contrato de seguro garantia original e as alterações propostas, no prazo 30 (trinta) dias corridos após a rescisão da apólice de seguro garantia.

Art. 18. Na hipótese de alteração contratual posterior à emissão da apólice de seguro garantia, devidamente anuída pela seguradora, ensejar necessária modificação do valor do contrato principal, o valor da garantia será modificado mediante solicitação à seguradora de emissão de endosso de cobrança ou de restituição de prêmio, correspondente à alteração do valor da apólice e, se for o caso, de sua vigência.

CAPÍTULO III DO PODER DE FISCALIZAÇÃO DA SEGURADORA

Art. 19. Terceira interessada na regular execução do contrato objeto do seguro garantia, a seguradora fica autorizada a fiscalizar livremente a execução do contrato principal e a atestar a conformidade dos serviços e dos materiais empregados, bem como cumprimento dos prazos pactuados.

Parágrafo único. O poder de fiscalização de seguradora não afeta o do ente público.

Art. 20 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da seguradora especialmente designado, sendo permitida a contratação de terceiro para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

§1º O representante da seguradora anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando, se for o caso, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§2º Em caso de obras, todos os relatórios realizados pela seguradora, deverão ser enviados no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva vistoria ou análise; à Câmara Municipal, bem como a Secretaria Municipal de Obras, para devida ciência das autoridades constituídas.



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

Art. 21. O tomador deve colaborar com a seguradora durante toda a execução do contrato, devendo fornecer todas as informações e documentos relacionados à execução da obra, inclusive notas fiscais, orçamentos e comprovantes de pagamento.

Art. 22. A seguradora tem poder e competência para:

I – fiscalizar livremente os canteiros de obras, locais de prestação dos serviços, vistoriar máquinas e equipamentos, dirigir-se a chefes, diretores e ou gerentes responsáveis pela prestação e execução dos serviços, estendendo-se esse direito as subcontratações concernentes à execução do contrato principal objeto da apólice;

II – realizar auditoria técnica e contábil; e

III – requerer esclarecimentos por parte do responsável técnico pela obra ou fornecimento.

§1º O representante da seguradora ou terceiro por ela designado deverá informar a intenção de visitar o canteiro de obras ou local da prestação dos serviços com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, devendo o tomador assegurar-lhe o acesso a todos os locais utilizados para a execução do contrato principal.

§2º A seguradora responde objetivamente por qualquer conduta de seus prepostos (mesmo que terceirizados) que impliquem na divulgação de informação sigilosa o que, por qualquer motivo ilícito, atrasem a obra ou o serviço.

Art. 23. Nos contratos submetidos a esta Lei, apesar da fiscalização exercida pela seguradora o segurado permanece obrigado ao acompanhamento da execução contratual por seu corpo técnico próprio, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. Os agentes públicos ou privados que praticarem atos em desacordo com as disposições legais ou visando a frustrar os objetivos da garantia durante a execução contratual sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei, na Lei nº 8.666, de 1993 e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

CAPÍTULO IV DO SINISTRO E DA EXECUÇÃO DA APÓLICE

Art. 24. A reclamação do sinistro na apólice de seguro garantia é procedimento administrativo formal e resulta do inadimplemento pelo tomador de obrigação coberta pela apólice, a ser analisado pela seguradora para fins de caracterização do sinistro.

Parágrafo único. A seguradora deverá deixar claro nas condições contratuais os procedimentos especiais não previstos em lei que devem ser adotados pelo segurado para a reclamação do sinistro, além de critérios a serem satisfeitos para a sua caracterização.

Art. 25. Concomitantemente à notificação extrajudicial ao tomador de não execução, execução parcial ou irregular do contrato parcial, o segurado notificará a seguradora acerca da expectativa de sinistro.



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

Parágrafo único. A notificação de expectativa de sinistro conterá, além da cópia da notificação enviada ao tomador, a descrição do fato potencialmente gerador do sinistro, a relação de cláusulas inadimplidas e as planilhas que indiquem o prejuízo causado ao segurado.

Art. 26. A notificação extrajudicial ao tomador marca o início do prazo de 30 (trinta) dias corridos para este apresentar defesa escrita ao segurado e à seguradora, justificando o atraso e/ou os defeitos na execução do contrato principal, devendo conter, ainda, projeto detalhado para regularização da execução contratual.

Parágrafo único. Durante o prazo estabelecido no caput, o segurado e a seguradora não poderão exercer qualquer ação por descumprimento do contrato.

Art. 27. Caso o tomador não apresente defesa escrita no prazo legal, ou o segurado e a seguradora não manifestem formalmente sua concordância com o projeto de regularização apresentado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da defesa escrita do tomador, a Administração Pública imediata e obrigatoriamente emitirá comunicação de sinistro à seguradora.

§1º Na hipótese do art. 76 da Lei nº 8.666, de 1993, a rejeição pela Administração Pública, no todo ou em parte, de obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato importa a automática declaração de inexecução e consequente execução da apólice de seguro garantia.

§2º Independentemente de comunicação de sinistro pelo segurado, a seguradora é obrigada a iniciar o processo de regularização do sinistro sempre que for informada ou constatar, diretamente ou por intermédio de terceiro contratado, a ocorrência de inadimplemento por parte do tomador de obrigação coberta pela apólice.

Art. 28. Comunicada do sinistro, a seguradora deverá, diretamente ou por terceiro contratado, investigar se o inadimplemento contratual encontra-se coberto pela apólice, as causas e razões do sinistro, a extensão dos danos resultantes do inadimplemento, e, em particular na hipótese de execução parcial e/ou defeituosa, o percentual não executado do contrato principal, a qualidade do cumprimento parcial do contrato, bem como os custos para a regularização e o cumprimento do contrato até seu termo, em conformidade com o projeto executivo.

Parágrafo único. A investigação deverá ser célere e se basear em evidências trazidas por documentos, pareceres e laudos técnicos.

Art. 29. Caso se verifique a caracterização do sinistro, a seguradora sub-roga-se nos direitos do segurado contra o tomador ou terceiros que tenham dado causa ao sinistro, devendo indenizar o segurado até o limite da garantia da apólice, adotando taxativamente uma das seguintes soluções:

I – prioritariamente contratar outra pessoa jurídica para realizar o contrato principal, respeitada a ordem de classificação do processo licitatório ou pleito concorrencial de qualquer natureza que ensejou a celebração deste contrato principal;

II – na impossibilidade de aplicar o inciso "I", excepcionalmente, mediante aceitação expressa do Segurado e com aval dos seus órgãos de controle e fiscalização, assumir ela própria, nos limites das obrigações assumidas pelo tomador no contrato rescindido, a execução da parcela restante do projeto com mão de obra própria ou por intermédio de terceiros contratados; ou



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

III – facultativamente e sob sua exclusiva responsabilidade, financiar o próprio tomador inadimplente para complementar a obra, desde que dentro dos prazos contratados.

§ 1º A seguradora disporá de 30 (trinta) dias corridos, a partir da caracterização do sinistro, para apresentar o relatório final de regulação, o qual deverá conter as alterações necessárias de prazo, condições e preço para a conclusão da obra ou fornecimento de bem ou de serviço, a serem ratificadas pelo segurado.

§ 2º O segurado disporá de 30 (trinta) dias corridos, a partir da entrega do relatório final de regulação do sinistro, para emitir sua concordância com as alterações propostas.

§ 3º Caso o segurado não aprove as alterações propostas, a seguradora procederá com indenização em espécie seguindo o relatório final de regulação do sinistro.

§ 4º O pagamento da indenização, nos termos da apólice, ou a execução da parcela restante do contrato principal deverá iniciar-se no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da manifestação do segurado prevista no § 2º deste artigo.

§ 5º Na hipótese de execução parcial do contrato, o valor devido pela seguradora a título de indenização equivalerá ao montante proporcional ao percentual do contrato ainda não executado, em relação ao valor global deste contrato, somado o valor do custo adicional para a conclusão do projeto.

§ 6º Na hipótese de a seguradora optar por executar diretamente o contrato principal, o segurado deve colocar à sua disposição os recursos disponíveis para a continuidade e o término do projeto, conforme os termos da apólice.

§ 7º Na hipótese do § 6º deste artigo, o segurado abriga-se, ainda, a pagar à seguradora o restante do valor do contrato parcialmente inadimplido.

§ 8º Na hipótese de outorga do restante da execução do contrato inadimplido a terceiro, a seguradora fica livre e desimpedida para utilizar o meio de seleção que julgar adequado ao regular adimplimento do contrato.

CAPÍTULO V DO LIMITE DE COBERTURA E VIGÊNCIA

Art. 30. O art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica regulado no âmbito municipal, passando a exigir do vencedor do procedimento licitatório apresentação de seguro garantia de execução do contrato que cubra 100% (cem por cento) do valor do contrato.

Art. 31. O prazo de vigência da apólice será:

I – igual ao prazo estabelecido no contrato principal a que esteja vinculada a apólice de seguro garantia;

II – igual ao prazo informado na apólice, em consonância com o estabelecido nas condições contratuais do seguro garantia, considerando a particularidade de cada modalidade, na hipótese de a apólice não estar vinculada a um contrato principal.

Parágrafo único. A vigência da apólice acompanhará as modificações no prazo de execução do contrato principal ou do documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, desde que tais modificações recebam anuência da seguradora, mediante a emissão do respectivo endosso.



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

Art. 32. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

Parágrafo único. O seguro garantia continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convenionadas, podendo, neste caso, a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia, se prejuízo de outras formas de cobrança.

Art. 33. O seguro garantia extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para a ocorrência do sinistro:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado, ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem desde que isto não implique a ausência da modalidade de seguro prevista nesta Lei;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, nas hipóteses em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas condições contratuais do seguro garantia.

Parágrafo único. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas neste artigo, pelo recebimento do objeto do contrato, nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34. A utilização do seguro garantia nos contratos objeto desta lei torna-se facultativa a partir da data de sua publicação, passando a ser obrigatória após 180 (cento e oitenta) dias dessa data, não se aplicando aos contratos vigentes à época e às licitações cujos editais tenham sido publicados antes do início da vigência de sua aplicação obrigatória.

Art. 35. O edital das obras poderá conter cláusula arbitral a fim de regular eventuais conflitos entre a seguradora e tomador, bem como cláusula arbitral ou compromisso arbitral para regular eventuais conflitos entre a seguradora e os demais entes de direito privado.

Parágrafo único. Faculta-se ao edital prever, antes da aplicação da arbitragem, a mediação, nos termos da Lei nº 13.140 de 2015.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Pirassununga, 19 de junho de 2018.

Leonardo Francisco Sampaio de Souza Filho
Presidente

*Publicado na Portaria e no Diário Oficial Eletrônico do
Município de Pirassununga*

Adriana Aparecida Merenciano
Diretora Geral da Secretaria



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO

Seção de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO

Edital: 39/18. Processo Administrativo: 704/18. Tomada de Preços: 02/18. Objeto: contratação de empresa para recapeamento asfáltico em diversas vias do bairro Vila Santa Fé. Proponentes: 3. Contrato nº 71/18. Contratada: DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Valor: R\$ 198.116,37 (cento e noventa e oito mil, cento e dezesseis reais e trinta e sete centavos). Vigência: 30 (trinta) dias. Assinatura: 19/JUN/2018.

Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Edital: 32/18. Processo Administrativo: 404/18. Pregão Presencial: 26/18. Objeto: Registro de Preços de fórmulas alimentares. Proponentes: 6. Extrato da Ata nº 151/18. Compromissária: SAMAPI CIRÚRGICA LTDA EPP. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 4/JUN/2018. Extrato da Ata nº 150/18. Compromissária: L.P. SANTOS ATACADISTA-ME. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 5/JUN/2018. Extrato da Ata nº 149/18. Compromissária: EMPÓRIO HOSPITALAR COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 18/JUN/2018. Extrato da Ata nº 148/18. Compromissária: A.T. MORALES NUTRICIONAIS-EPP. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 20/JUN/2018.

Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

Seção de Material

TERMOS DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS

Modalidade: Concorrência Pública nº 10/2016. **Processo Administrativo:** 3098/2016. **Termo Aditivo nº 94/18.** **Termo de Prorrogação ao**

Contrato nº 71/17. Concessionário: FÁBIO SEGOBE. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 09/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.834,20 (um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), sendo R\$ 152,85 (cento e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) mensais. **Assinatura:** 24/05/18. **Objeto:** concessão de boxe nº 72, localizado no Centro Comercial "Eunice Alves Rosa", no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 95/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 72/17. Concessionário: NATHALYE HÍTALY AMENT. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 09/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.934,52 (um mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 161,21 (cento e sessenta e um reais e vinte e um centavos) mensais. **Assinatura:** 24/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 71, localizado no Centro Comercial "Eunice Alves Rosa", no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 98/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 69/17. Concessionário: GABRIELA MEDEIROS COSTA LEITE. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 10/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 2.161,44 (dois mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 180,12 (cento e oitenta reais e doze centavos) mensais. **Assinatura:** 06/06/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 68, localizado no Centro Comercial "Eunice Alves Rosa", no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 99/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 70/17. Concessionário: BERNADETE MEDEIROS. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 10/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 2.328,72 (dois mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), sendo R\$ 194,06 (cento e noventa e quatro reais e seis centavos) mensais. **Assinatura:** 28/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 70, localizado no Centro Comercial "Eunice Alves Rosa", no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 100/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 74/17. Concessionário: THIAGO RODRIGO BARBOSA DA SILVA. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 13/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 2.043,36 (dois mil, quarenta e três reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 170,28



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

(cento e setenta reais e vinte e oito centavos) mensais. **Assinatura:** 17/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 74, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 101/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 67/17. Concessionário: LUCÉLIA APARECIDA IRENO FELIPE RODRIGUES. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 13/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.910,64 (um mil, novecentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), sendo R\$ 159,22 (cento e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos) mensais. **Assinatura:** 17/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 73, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 102/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 73/17. Concessionário: ELLEN ROZI ORTOLANI PRADO. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 16/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.696,80 (um mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), sendo R\$ 141,40 (cento e quarenta e um reais e quarenta centavos) mensais. **Assinatura:** 30/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 67, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 103/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 75/17. Concessionário: LUIZ HENRIQUE DA COSTA BARBOSA. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 20/03/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.708,68 (um mil, setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 142,39 (cento e quarenta e dois reais e trinta e nove reais) mensais. **Assinatura:** 11/06/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 69, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 104/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 68/17. Concessionário: LOURENÇO PIVA. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 04/04/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 3.649,44 (três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 304,12 (trezentos e quatro reais e doze centavos) mensais. **Assinatura:** 28/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 66, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.

Termo Aditivo nº 105/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 76/17. Concessionário: RAFAEL COSTA ADORNO. **Prorrogação:** fica prorrogado retroativamente a data de 12/04/18, por mais 12 meses. **Valor:** o valor da concessão para o período será de R\$ 1.575,24 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), sendo R\$ 131,72 (cento e trinta e um reais e setenta e dois centavos) mensais. **Assinatura:** 24/05/2018. **Objeto:** concessão de boxe nº 65, localizado no Centro Comercial “Eunice Alves Rosa”, no Distrito de Cachoeira de Emas.
Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/17

Processo Administrativo: 2280/17. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 29/17. **Termo Aditivo nº 154/18. Termo de Alteração ao Contrato nº 104/17. Contratada:** ANDRADE & LEONE INFORMÁTICA LTDA.-ME. **Alteração da Dotação:** fica alterada a dotação orçamentária passando da despesa 74 para a 2178 – 06.01.00 04 128 7001 2041 2200000 – 33.90.39.99 fonte 01; da despesa 137 para 2127 – 09.01.00 12 122 2001 2077 1100000 – 33.90.39.99 – fonte 01 e da despesa 97 para 2185 – 07.01.00 04 129 7001 2242 1100000 – 33.90.39.99 – fonte 01. **Assinatura:** 20/JUN/2018. **Objeto:** contratação de serviços de recargas de cartuchos e toners incluindo manutenção para atendimento aos órgãos municipais.

Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/15

Processo Administrativo: 281/15. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 04/15. **Termo Aditivo nº 159/18. Termo de Prorrogação ao Contrato nº 38/15. Contratada:** PHABRICA DE PRODUÇÕES SERVIÇOS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.-EPP. **Prorrogação:** fica prorrogada a vigência do contrato em 12 (doze) meses, a contar de 25 de fevereiro de 2018. **Aditamento:** fica aditado o contrato em 25%, correspondente a R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais). **Alteração:** fica alterada a despesa do contrato passando da Ficha 74 para a 2178. **Valor:** o valor para atender ao período será de R\$ 15.120,00 (quinze mil cento e vinte reais), perfazendo o valor global de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais),



Pirassununga, 20 de junho de 2018 | Ano 05 | Nº 059

corresponde a prorrogação e ao aditamento.

Assinatura: 20/JUN/2018. **Objeto:** serviço de publicação de editais, avisos e demais atos licitatórios da Prefeitura Municipal de Pirassununga.

Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/16

Processo Administrativo: 2695/16. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 76/16. **Termo Aditivo nº** 164/18. **Termo de Realinhamento ao Contrato nº** 49/17. **Contratada:** CRISTIAN A. DA COSTA-ME.

Realinhamento: ficam realinhados os itens abobrinha para R\$ 3,00 kg, alho descascado R\$ 5,00 kg, Beterraba Extra R\$ 2,40 kg, Batata Monalisa R\$ 3,00 kg, Batata Doce R\$ 2,90 kg, Chuchu R\$ 2,40 kg, Tomate molho R\$ 4,20 kg, Tomate salada R\$ 4,20 kg, Cenoura R4 3,00 kg, Pepino R\$ 3,50 kg e Ovos R\$ 3,66 dz. Valor: o valor global do realinhamento será de R\$ 145.806,62 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e seis reais e sessenta e dois centavos). **Assinatura:** 20/JUN/2018. **Objeto:** aquisição de hortifrutigranjeiros para o Setor de merenda Escolar.

Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

SAEP

ATA DE JULGAMENTO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2018. CONVITE Nº 020/2018 – ATA DE JULGAMENTO – Objeto: A presente licitação tem por objetivo a prestação dos seguintes serviços em 1 (uma) escavadeira hidráulica modelo FH 200, marca Fiatallis: funilaria, pintura com fornecimento de materiais e kit decalque FH200 e serviços mecânicos de troca do reparo do pistão, brunir camisa, cromar e serviços de troca de embuchamento completo com o fornecimento das peças descritas no Anexo II, tudo conforme descrito no Termo de Referência e demais anexos. Empresa vencedora: S .C. ALVES COMERCIO PEÇAS AUTOMOTIVAS E SERV. EIRELLI-ME. O valor total deste Convite é de R\$ 18.662,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e dois reais); pelo critério de menor preço global. A ata completa encontra-se a disposição dos interessados junto a Seção de Licitações da Autarquia.

Pirassununga, 20 de junho de 2018.

José Roberto Barone
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato Contrato nº 030 /2018. CONTRATANTE: SAEP – Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga. CONTRATADA: RUDGIERO LAFITE CUI MALACHIAS- ME. OBJETO: Reparos e pinturas de reservatórios metálicos de água, localizados na ETA II e ETA III. Valor: R\$ 33.000,00. Convite nº 09/2018. Assinatura: 19 de junho de 2018.

João Alex Baldovinotti
Superintendente

TERMO ADITIVO 027/2018

PRIMEIRO ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 044/2017

CONTRATANTE: Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga

CONTRATADA: BANCO SANTANDER BRASIL S/A

OBJETO: Recebimento das contas de água e esgoto.

Fica prorrogado por mais 12 meses o contrato acima mencionado, conforme despachos exarados no presente processo. Valor: R\$ 77.723,71. Modalidade: Chamada Publica 001/2017. **Assinatura:** 06 de junho de 2018. Pirassununga, 18 de junho de 2018. João Alex Baldovinotti – Superintendente